



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG

CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211

Website: www.conselhodesaudedevarginha.org



REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 17/11/2020

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha/MG, de Nº 380, realizada de forma virtual através do aplicativo *Google Meet*, no dia 17 de novembro de 2020. Primeira chamada às 18h30, e, em segunda e última chamada, às 19h. **Conselheiros presentes e segmentos na saúde:** Alex Reis Ferreira (Trabalhadores), Aparecida I. Furtado de Oliveira (Usuários), Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Henrique Peloso Silva Júnior, Carlos Roberto Braz Júnior (Prestadores de Serviço), Célio Ferreira (Trabalhadores), Cláudio Miranda Souza (Usuários), Fanny Fernandes Valias (Usuários), Helen Márcia de Souza (Trabalhadores), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luiz Carlos Coelho (Gestores), Rogéria Alvarenga Fernandes (Usuários), Talma Alves Ferreira (Usuários), Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores) e Zelma Domingueti (Usuários). **Faltas justificadas:** Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores) e Paulo Henrique Pazotti (Usuários). **Registra-se a presença de:** Danielle Christine Gonçalves, David Moreira, Rosane Alves Pereira e Stael Costa. **Inaugurados os trabalhos**, Cláudio dá boas-vindas aos presentes e dá os informes gerais: 1) **Proclamação da aprovação da ata do CMSV** - Claudio lembra que as atas não são mais lidas em reunião e que não houve apontamentos sobre o conteúdo da mesma e, por isso, a ata está considerada aprovada. Lembra sobre a responsabilidade dos conselheiros em ler a ata e que as manifestações feitas em relação a última ata, por e-mail, foram acatadas. 2) **Informe sobre a Comissão Executiva:** a comissão nada tinha a informar. **Cláudio dá a palavra a Célio para atualizar sobre as atividades da CISTT (Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora).** Célio faz o informe, informando que constituíram a Comissão-Especial Covid-19, constituída por ele, pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), MPT (Ministério Público do Trabalho), e pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador Municipal. Que fizeram reunião com a Plascar e a Cooper Standart, com a área médica e recursos humanos, para conscientizar e verificar as demandas do setor produtivo referentes à Covid-19; que essas empresas possuem entre 500 e 600 empregados. E que a CISTT busca se renovar diante da ausência de seus membros. Convida os conselheiros a participarem da reunião. **Apresentação e deliberação sobre a Resolução 010/2020, referente ao Plano de Trabalho e a justificativa referente a proposta de estruturação da “Farmácia Viva”, inserida no âmbito da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), nos termos do Edital de chamada pública SCTIE/MS Nº2, de 14 de outubro de 2020, expedida *ad referendum*, nos termos da Resoluções CMSV Nº 002 e 007, ambas de 2020.** Cláudio introduz o assunto e explica que a Comissão Executiva expediu a resolução, após uma semana de discussão junto aos órgãos da SEMUS (Secretaria Municipal de Saúde), neste ato representados por Rosane e Stael, e que após questionamentos e apresentação da justificação, o projeto poderia ser apresentado. Cláudio saúda a presença de Rosane e Stael, que já foram conselheiras e que apresentarão o projeto. Rosane menciona as Práticas Integrativas e Complementares (PIC), com destaque para a auriculoterapia, que eles tem dado resultados, mas que, com a Pandemia, os 02 cursos presenciais foram suspensos. Mas que outras PICs como a acupuntura, foram aplicadas na rede, por profissionais capacitados. E coloca que o projeto da “Farmácia Viva” foi elaborado por Stael e que espera que consigamos o acesso ao serviço. Stael então inicia sua

apresentação e explica a origem da “Farmácia Viva”, que tem mais de trinta anos, e que a primeira foi no Ceará, e que foi pensada pelo farmacêutico Francisco José de Abreu. A ideia é a produção de plantas medicinais para o uso em fitoterapia. Comenta que em 2006 as PICs entraram no SUS (Sistema Único de Saúde) e que no mesmo ano foi feita a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, inclusive em seu processo de industrialização e que as “Farmácias Vivas” foram normatizadas em 2006. Repassa as PIC, e que a fitoterapia se inclui entre elas. Explica que a “Farmácia Viva” tem uma classificação de três tipos, conforme a Universidade Federal do Ceará. O tipo I, é o cultivo e o uso *in natura* da planta, o tipo II, já possui algum tipo de beneficiamento das plantas, mas não há manipulação farmacêutica e o tipo III - que é o previsto no edital do Ministério da Saúde; é desde o cultivo, manipulação e dispensação dos fitoterápicos. Explica que o edital foi publicado em 14 de outubro e que começaram a fazer o plano no fim daquele mês, e que procurou suporte com outros farmacêuticos, inclusive com experiência com “Farmácias Vivas”, como a de São Gotardo, sendo que esta tem mais de 76 formulações fitoterápicas, além das experiências de Betim, São Lourenço e Itanhandu. Fala que a “Farmácia Viva” é um processo de longo prazo e que o projeto precisaria ser entregue até dia 16 de novembro. Stael informa que ficou por conta do projeto, e que é um projeto vasto; que o edital prevê mais de 7 milhões para difundir o projeto, e que este, segundo discutiu, não poderia ter valores acima de R\$ 750 mil, porque a ideia do Ministério da Saúde é espalhar e não montar uma farmácia. Apresentou o plano, metas, cronograma e justificativas. O plano foi viabilizado com suporte da Secretaria do Meio Ambiente (SEMEA), pois o Parque São Francisco tinha os hortos que precisam ser revitalizados. Ressalta que a fitoterapia precisa ter cuidado em sua administração porque tem efeitos colaterais como outros fármacos; que conta com recursos humanos e a estrutura da SEMEA porque a “Farmácia Viva” deverá funcionar no Parque São Francisco. Os medicamentos serão dispensados pelas unidades de saúde, mas a prescrição fitoterápica não é um ato médico e que cada profissão tem regulamentação específica, salvo alguns fitoterápicos que são exclusivos dos médicos. Se o projeto for contemplado, visa constituir uma comissão para acompanhar e estudar a viabilidade após os três anos com suporte do Ministério da Saúde; que a “Farmácia Viva” deve custar R\$ 150 mil anuais e que perto do gasto com medicamentos alopáticos é um valor baixo. Tem que se atentar às demandas da população, profissionais, observadas as normas da Vigilância Sanitária, pois o local do beneficiamento precisa seguir regras sanitárias. Cláudio elogia a explicação de Stael. Carlos congratula o projeto retoma que as práticas integrativas, notadamente, a fitoterápica é estimulada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e começaram no país no início da década passada, inclusive que a equipe de Saúde da Família da zona rural também tem trabalhado um projeto com fitoterapia e lembra a importância dos ACS (Agentes Comunitários de Saúde) que possuem o curso de fitoterapia e se coloca a disposição. Stael lembra que a experiência da “Farmácia Viva” foi iniciada no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) na cidade de São Lourenço, com o trabalho dos usuários. Hudson congratula o uso do Parque São Francisco e questiona como será a transferência de recursos. Rosane diz que tem articulação dos órgãos e o apoio. Stael coloca que a cota única fundo-a-fundo, a ser empregada é para 03 anos. Cláudio coloca que a conscientização popular será um desafio e rememora iniciativas passadas com fitoterapia. Luiz Carlos coloca a dificuldade com o projeto devido ao período eleitoral e pela pandemia. Comenta que o plano precisava ser conduzido por farmacêutico e a Stael tinha a qualificação requerida. Crê que até o dia 04/12 teremos uma resposta. E que o custo com a “Farmácia Viva” será compensada como vantagem com a diminuição de consumo de remédios alopáticos e a possibilidade do uso do horto no parque São Francisco. **David Moreira como ouvinte:** *“Boa noite Srª Stael. Estamos assistindo aqui o projeto e estamos muito felizes em saber que vocês tomaram essa iniciativa. Seguimos o*

DANIEL FORJAZ (Grupo APS – Autor da Própria Saúde). Tínhamos muito desejo em elaborar uma farmácia deste modelo aqui em Varginha, porém, não sabíamos por onde começar. Temos muitas qualidades de plantas em nosso plantio e gostaríamos de fazer parte deste time. Parabéns pela iniciativa”. Cláudio diz que David pode deixar seu contato para facilitar o apoio. Carlos Peloso lembra a responsabilidade de o Conselho acompanhar o trabalho, no que é acompanhado por Cláudio, Carlos Braz, que saúda o projeto que inclui a revitalização do parque São Francisco. O Colegiado Pleno referenda **a Resolução 010/2020, referente ao Plano de Trabalho e a justificativa referente a proposta de estruturação da “Farmácia Viva”, inserida no âmbito da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), nos termos do Edital de chamada pública SCTIE/MS Nº2, de 14 de outubro de 2020.** Carlos aproveita para rememorar que os questionamentos que ele fez foram respondidos pela Secretaria de Saúde e que isso será objeto de verificação. **Discussão e deliberação sobre o Plano de Contingência das Arboviroses Urbanas para o período de dezembro de 2020 e maio de 2021 (Já encaminhado).** Luiz Carlos comenta que a Sra. Roseane, da Vigilância Epidemiológica não pôde participar desta reunião por conta de acesso à internet, **assim o Colegiado Pleno agendou reunião exclusiva, às 18h30, para o dia 24 de novembro/2020.** Luiz Carlos científica o Conselho da organização do Plano de Contingência para a vacinação da Covid-19, e que isso veio após o Estado organizar seu Plano de Contingência, para quando haver vacinas no mercado. E que, devido à polarização sobre as vacinas, o próprio Estado está em suspenso, mas o município continua na sua organização, observando como otimizar sua rede de frios para receber as vacinas. Como o Minsitério da Saúde é responsável, e houve essas discussões sobre vacinas, a questão ficou paralisada em âmbito estadual, por isso, não foi encaminhado o plano municipal sobre a matéria. **Cláudio transfere o ponto 04 da pauta: Revisão das Resoluções 002 e 007, ambas de 2020, no tocante ao recebimento e processamento de deliberações urgentes, ad referendum ao plenário, para dezembro.** Antes de encerrar, Cláudio pediu a aqueles que creem, que rezem e os que não creem, que mandem bons pensamentos pela saúde do Conselheiro Paulo Pazzoti, que não está bem de saúde. A reunião foi encerrada às 20h51 e o presidente Cláudio agradece a participação de todos e, na função de secretário, *pro tempore*, lavrou esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.